

A REFORMA CONSERVADORA E O PROJETO DA RESISTÊNCIA



O conjunto da comunidade universitária percebe a cada dia que, sem uma mudança substancial do modelo, é só a resistência o que lhe resta. O projeto de desconstrução do ensino público não será sequer reorientado sem a derrota global deste governo e do projeto neoliberal em nosso país

Adriano de Oliveira

Vice-Presidente da UNE, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas

Paula Mangolin de Barros

Diretora de Políticas Educacionais da UNE, estudante de Pedagogia da USP

Foi durante a ditadura militar que acompanhamos uma expansão até então nunca vista do ensino superior no Brasil. Nos marcos da luta e da mobilização social? Nem tanto. Foi por força do projeto das elites

mesmo. Naquela época as elites tinham um projeto concebido que apresentava-se em nome da modernização, da nação e sua soberania: era o “Brasil Potência”, para se amar ou deixar. Ele até parecia estar dando certo e justificava (na ótica das mesmas elites) exilar, perseguir, prender... Todo mundo

sabe até onde foram. Foi também um momento de expansão gigantesca do Estado brasileiro, atuando nas mais diversas funções e alavancando mais uma modernização conservadora em nosso país.

A universidade? Que tipo de instituição poderia desenvolver-se nos marcos do regime? O que vimos foi

o “melhor” que poderia ser. Uma estrutura estatal concebida para a função estrito senso de aparelho ideológico do Estado, cientificista, burocratizada, tecnicista, antidemocrática. Mas, como a contradição na vida social parece que teima em não deixar extinguir-se por decreto do Estado, esse processo desenvolveu-se com muita resistência e luta por parte de seus setores mais avançados, resistência que virou ofensiva na crise de modelo posterior, dando caráter estratégico à disputa desta e nesta instituição.

A reorganização e mobilização do movimento estudantil, dos professores e dos servidores permitiu conquistas importantes, fundamentalmente no campo da democracia. Administrações de esquerda e do campo progressista, nomeadas por força da mobilização, anunciavam na segunda metade dos anos oitenta a perspectiva de um novo projeto de universidade, no bojo do debate em aberto sobre as possibilidades para o país frente ao

impasso do projeto das elites.

O susto foi grande e serviu também para as elites brasileiras repactuarem seu projeto de dominação ao limite de seu projeto de universidade. E como é a universidade que está em pauta, a base para o novo modelo de universidade pública está determinada pela inserção subordinada do Brasil no crescente processo de internacionalização da

economia e a privatização como instrumento de equilíbrio das contas públicas e de abertura de novos mercados para a iniciativa privada.

O projeto do Banco Mundial para as universidades vem sendo implementado no conjunto dos países latino-americanos de forma extremamente acelerada e consiste em ajustá-las à nova dinâmica e à lógica do mercado. Seu núcleo e objetivo fundamental estão alicerçados nas seguintes diretrizes:

1. A manutenção de uma rede

O projeto do Banco Mundial consiste em ajustar as universidades à lógica do mercado, e tem entre suas diretrizes o retorno a um modelo de gestão autoritário, como tivemos durante a ditadura. É o ensino para o mercado, não para formar pessoas críticas.

Por isso prefere que a receita seja aplicada por “governos fortes”



enxuta, composta apenas por alguns “centros de excelência”, mantidos em parte por recursos públicos. O princípio de todo o projeto é a redução drástica dos gastos com ensino superior. Como consequência, haverá uma maior subordinação da produção do conhecimento aos interesses da iniciativa privada, que se tornaria principal financiadora e beneficiária das pesquisas, bem como das outras atividades.

2. O fim do tripé ensino-pesquisa-extensão. Algumas poucas instituições concentrariam a pesquisa e o restante da rede pública se dedicaria exclusivamente ao ensino, precarizando-se a produção do conhecimento, criando-se assim verdadeiros “escolões de terceiro grau”. A extensão seria virtualmente extinta, eliminando-se assim um dos poucos canais de relacionamento entre a universidade e a sociedade.

3. A redução do quadro de pessoal e a precarização das relações de trabalho, com o fim da obrigatoriedade dos concursos públicos e a quebra da estabilidade.

4. O retorno a um modelo de gestão autoritário como o que tivemos durante a época da ditadura militar, revertendo as conquistas democráticas duramente conquistadas.

O que sobrar de ensino superior estatal deve estar sob os parâmetros de flexibilização, adequação ao mercado, fragmentação curricular. Trata-se de formar técnicos qualificados e profissionais de ponta em algumas faculdades e universidades — os tais *centros de excelência*, os quais, em geral localizados nas regiões mais ricas, deverão cada vez mais direcionar-se à lógica empresarial-tecnocrática.

É daí que deve sair a elite de pesquisadores, técnicos e burocratas, bem como os reprodutores da ideologia dominante e das relações

de produção estabelecidas. No restante deve-se formar, a baixo custo, uma mão-de-obra medianamente qualificada, capaz de atender às demandas do setor industrial e de serviços integrados à dinâmica da globalização. Neste caso, que se formem os que puderem pagar, em cursos de qualidade duvidosa e para atuar em alguns setores menos desenvolvidos da economia. É o ensino para o mercado, não para formar pessoas críticas, comprometidas com uma nova sociedade e com valores solidários.

Não é por nada que o mesmo Banco Mundial acha prudente que suas medidas sejam aplicadas por “governos fortes”, fortes o suficiente para golpear a Constituição, reprimir os movimentos sociais, cercear os espaços democráticos duramente conquistados. Não é por nada também que o garoto-propaganda de FHC, Paulo Renato, saiu diretamente do alto escalão

do Banco Mundial para coordenar o programa de governo de FHC e depois para o MEC.

O Brasil implementou várias medidas do receituário do Banco Mundial antes do governo atual, como o incentivo ao desenvolvimento do ensino pago, o corte de verbas de assistência estudantil nas universidades públicas, o achatamento salarial e o corte de verbas de investimento e custeio. Mas

foi com a eleição de FHC que aquela instituição multilateral encontrou o mais fiel seguidor do receituário, completamente coerente com a visão neoliberal-tucanofelista de educação.

Para esta direita, que segue as ordens do Banco Mundial, FMI e dos formuladores do *Consenso de Washington*, educação é mercadoria, que deve ser adquirida por quem pode pagar. O Estado deve se envolver o mínimo com educação, deve descentralizar recursos

significativamente as matrículas no ensino privado — juntamente com as mensalidades e com a queda da qualidade do ensino.

A desresponsabilização do Estado com o ensino público e sua vinculação cada vez maior à iniciativa privada são o norte das reformas educacionais. O governo aprovou uma série de medidas mudando a Constituição e abrindo terreno para a implantação de seu projeto de universidade. Hoje, prepara o mais duro golpe no ensino público superior brasileiro através do que chama de “Projeto de Autonomia”, uma reformulação piorada da PEC-370/A, agora elaborada na forma de projeto de lei, e contra a qual a comunidade universitária construiu uma das maiores greves de resistência já conhecidas.

Apresentado o “Projeto de Autonomia” à “sociedade”, pela primeira vez, em

julho de 1999, o governo recuou de sua perspectiva de ingresso e tramitação de urgência no Congresso, dada a reação da comunidade universitária, uma vez que todas as categorias acenaram com greve como imediata resposta.

Também, pudera. O mesmo governo que chamou de “Real” um plano que se baseava na irrealidade do valor da moeda — até o momento em que se desfez como um

Hoje, o governo prepara o mais duro golpe no ensino público superior brasileiro através do “Projeto de Autonomia”, uma reformulação piorada da PEC-370/A, agora elaborada na forma de projeto de lei, e contra a qual a comunidade universitária construiu uma das maiores greves de resistência já conhecidas



(cada vez mais escassos), deve fazer “parcerias” com a “sociedade civil” para que esta assuma as escolas e universidades públicas.

Na verdade, a reforma educacional implementada pelo MEC, desde o primeiro mandato de FHC, só tem um objetivo: desmontar o sistema público de ensino superior e aumentar o bolo do ensino privado. Não é casual que, nos últimos anos, tenham aumentado

raio caído de um céu azul para a equipe econômica — define como projeto de lei de “Autonomia” uma iniciativa completamente anti-autonômica e que nega totalmente o Artigo 207 da Constituição Federal, duramente conquistado pela sociedade brasileira.

Seus pontos mais graves são a destruição do plano de carreira nacional, num processo de desresponsabilização da União com o pagamento de professores e funcionários técnico-administrativos; dotação orçamentária definida em lei, com base nos gastos de 1997, e sem qualquer mecanismo de correção previsto; poderes absolutos ao Presidente da República para realizar ainda mais cortes; contrato de gestão transformando a Universidade em balcão de negociação com o governo federal e intervenção nas reitorias que não seguirem os ditames de FHC.

A destruição do sistema público de ensino superior — através da privatização e da quebra da autonomia — vem acontecendo de longa data e as últimas ofensivas do governo só vêm acelerar este processo. A privatização não se limita à cobrança de mensalidades, embora até isso já seja uma triste realidade em nosso país. Ela já vem ocorrendo de forma muito sutil e nem por isso menos grave. Dá-se pela cada vez maior dependência das universidades de recursos externos (privados), submetendo o conhecimento produzido na universidade a desígnios particularistas.

Atentou-se contra a autonomia com a Lei 9131/95, que instituiu o Provão, e o Decreto 2026/96, que

impõe as “comissões de especialistas” do MEC, submetendo a universidade a uma avaliação mercantilizada, de quantidade e produto e que desconsidera os processos, seus condicionantes e o caráter qualitativo da avaliação. Limitou-se a autonomia com a Lei 9192/95, que definiu critérios autoritários, excludentes e antidemocráticos para a escolha de reitores e a composição de órgãos colegiados.

Atentou-se novamente contra a autonomia com a Lei 9394/96 (LDB- Darcy Ribeiro), subordinando ainda mais a universidade ao modelo econômico e aos interesses hegemônicos nele expressos no, ou pelo Estado. Foi também com a LDB aprovada que rompeu-se o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ao criar-se outras modalidades de ensino superior extingüindo-se, inclusive, a dedicação exclusiva em alguns casos.

Por fim, atentou-se mais uma vez contra a autonomia com a criação do novo ente jurídico denominado organizações sociais, *peças jurídicas de direito privado*, com a finalidade de acelerar o desmonte do sistema público de ensino superior.

Já as universidades pagas têm passe livre do governo para assaltar o bolso dos estudantes com mensalidades absurdas, expulsar os que não puderem pagar e abrir a cada dia mais e mais cursos que são verdadeiras fábricas de diplomas e dinheiro para os donos de escolas, além de não possuírem as condições mais elementares para um ensino de qualidade e onde

pesquisa e extensão são expressões quase desconhecidas. O recente escândalo do parecer fraudado para abertura de curso de uma conhecida instituição paga, oriundo dos computadores do próprio Conselho Nacional de Educação, nos dá uma idéia do “controle” que se tem sobre a expansão do ensino pago por parte do governo, bem como no que se transformou o atual CNE, espaço de legitimação da reforma educacional conservadora do governo que privilegia a expansão do ensino pago.

Foi justamente no período da abertura e das conquistas democráticas que muitos setores da universidade imaginavam ser possível a construção de um modelo alternativo nos marcos do regime e do sistema. Posteriormente, a impotência frente à reforma neoliberal que se iniciava conclamava os combatentes a “deporem as armas” em nome da “oposição propositiva”. Anos de esforços no conjunto da comunidade educacional brasileira para elaborar-se uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação são colocados por terra em alguns meses por um projeto que o governo encomendou da noite para o dia. Todos os esforços que desembocaram no PNE são secundarizados pelo tal relatório Marchesan.

Esses conhecidos esforços exemplificam movimentos que não foram em vão e que certamente deverão ser seguidos em momentos posteriores, mas o que o conjunto da comunidade universitária percebe a cada dia é que, sem uma mudança substancial do modelo, é só a resistência o que lhe resta. O

projeto de desconstrução do ensino público não será sequer reorientado sem a derrota global deste governo e do projeto neoliberal em nosso país.

Nossa proposta de ensino superior está entrelaçada profundamente às necessárias mudanças que o Brasil exige no curso de um projeto democrático-popular, que democratize radicalmente a propriedade, a renda e a riqueza no país; que inverta o modelo de desenvolvimento na perspectiva do mundo do trabalho, construindo uma nova hegemonia nas forças sociais, centralizada nos interesses dos trabalhadores. O modelo de universidade pública que até agora conhecemos nunca foi o que defendemos, mas nosso modelo incorpora também todos os avanços inscritos na Constituição de 1988, hoje duramente atacados.

Nosso projeto sempre deixou claro o horizonte da universalização do ensino superior e da educação em todos os níveis, mas propõe controle imediato para a abertura de escolas pagas, com redução de mensalidades a um patamar suportável pelos trabalhadores e que o crédito educativo saia imediatamente das mãos dos banqueiros para ser financiado, por exemplo, por recursos compulsórios depositados pelos bancos no Banco Central. Que fique claro: nada de verba pública para o ensino pago. Devem-se garantir planos de carrei-

ra para seus quadros docentes e um padrão de qualidade socialmente determinado como aceitável.

Verba pública é para expandir o ensino público. O horizonte da universalização do ensino deve se completar na perspectiva do público, gratuito, democrático e sob controle social. E é preciso começar com a imediata abertura de vagas com proporcional ampliação do quadro docente por concurso público e das verbas para o conjunto das Instituições Federais de En-

Nossa proposta de ensino superior está profundamente entrelaçada às necessárias mudanças que o Brasil exige no curso de um projeto que democratize radicalmente a propriedade, a renda e a riqueza no país. Nosso projeto de universidade pressupõe democracia em todos os níveis



articulado com nossa concepção de autonomia, na lógica do controle de gestão da universidade pelos trabalhadores da educação, pelo conjunto da comunidade universitária e dos trabalhadores; no eixo da disputa pelo controle do processo de trabalho. Democracia para nós é sinônimo de plena liberdade de condições para a produção do conhecimento, da ciência e da cultura, forjados em um espaço concebido como privilegiado para a crítica que deve ser orientadora de sua destinação social.

A universidade que defendemos exige a sua avaliação. Não através de ridículos mecanismos quantitativos-ranqueadores para a realização de mais cortes, mas a avaliação de si mesma em uma perspectiva verdadeiramente crítica, orientada pela destinação social de sua produção que deve ter padrão único de qualidade, entendido o

processo como a busca de subsídios para aperfeiçoamento e transformação de uma instituição, e não para o seu desmonte.

Como se percebe, nosso projeto de universidade implica, para realizar-se, a derrota do assim chamado neoliberalismo, projeto hegemônico do atual pacto de nossas elites. Na disputa para que se reverta a atual correlação de forças na sociedade em prol dos “de baixo”, o caminho da resistência é o único que pode ser trilhado com dignidade. **RA**